

MARCELO CARVALHO ROSA

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

## Assentados e munícipes: o conflito entre beneficiários e população local na reforma agrária brasileira<sup>1</sup>

207

Este artigo busca problematizar, através de um estudo de caso, algumas faces do atual modelo de reforma agrária no Brasil. Com este intuito procura-se pensar esta política pública como um processo de constante produção de conflitos, físicos e simbólicos, expressados no cotidiano tanto dos assentados

como das comunidades que recebem os assentamentos. O escopo conceitual de Norbert Elias, principalmente sua noção de *figuração social*, leva a investigar as relações entre os grupos ou comunidades envolvidas a partir da inerente desigualdade de poder que passa o universo tematizado.

*«O estrangeiro, sem dúvida, pode muito bem se introduzir de forma provisória na sociedade, mas a operação pela qual é assimilado, a saber, a naturalização, torna-se longa e complexa. Ela não é mais possível sem um assentimento do grupo, solenemente manifestado e subordinado a condições especiais»*  
(Durkheim, 1995: 132).

A reforma agrária oficial no Brasil tem sido marcada, nos últimos trinta anos, pela constituição de espaços sociais a partir do choque entre múltiplas *visões de mundo*. Se em alguns momentos este embate esteve marcado, por exemplo, pela violenta relação entre populações nativas e correntes migratórias na região amazônica — situação que ainda persiste —, contemporaneamente ele pode ser observado de modo análogo entre assentados<sup>2</sup> e a população dos municípios que os abrigam.

<sup>1</sup> Agradeço os profícuos e dedicados comentários de Antonádia Borges.

<sup>2</sup> Neste artigo estaremos abordando o processo de reforma agrária levado

Neste artigo buscamos compreender o fenômeno de assentamento a partir deste contexto, no qual os conflitos físicos e simbólicos atribuem significados concretos ao que hoje se denomina «reforma agrária». Esta política pública tem sido caracterizada pela tentativa de esvaziamento de áreas conflitivas através do assentamento dos agricultores sem terra (politicamente organizados) em locais afastados. Porém, a inserção local destes agricultores e suas famílias tem acarretado uma série de *situações sociais* que redimensionam o significado oficial desta política, principalmente quando do assentamento em comunidades políticas anteriormente estruturadas.

Uma das formas de levar a cabo a análise desta «nova» realidade é o estudo de caso, pois desta maneira, podemos, a partir de uma realidade concreta, discorrer sobre as múltiplas significações sociais de um assentamento de «pessoas de fora» em comunidades minimamente estabelecidas.

Neste sentido estaremos apresentando a relação entre assentados e seus novos municípios através do uso de dados obtidos durante uma investigação de cerca de quatro anos realizada num projeto de assentamento (Projeto Capela de Santana), na fronteira entre duas pequenas cidades no estado do Rio Grande do Sul.<sup>3</sup> Este aparato empírico proporcionará abordar como este tipo de política pública redimensiona, não racionalmente, percepções de direitos e consequentemente de pertencimento, tanto para os beneficiários, quanto para aqueles que os abrigam em «seus» municípios.

Tratar a «realidade» social deste modo, como *figuração*, implica, no sentido atribuído por Elias (1989), reconhecer que os limites de tal constructo sociológico são extremamente voláteis. Sendo assim, as interpretações sobre a dinâmica das interações têm obrigatoriamente que incluir a reciprocidade entre os *indivíduos* que formam a *figuração* e seus pares exteriores a ela.

---

a cabo no Brasil a partir dos anos oitenta. Este processo coordenado pelo Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tem sido, na grande parte dos casos (principalmente na região sul), mediado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que organiza os trabalhadores em acampamentos e ocupações de latifúndios e prédios públicos como forma de pressionar o governo.

<sup>3</sup> Este assentamento, fundado em 1994, comporta 100 famílias todas oriundas de acampamentos promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Uma parte dos assentados (40 famílias) fundaram uma cooperativa, enquanto as demais dividiram-se em pequenos grupos de produção (56 famílias divididas em seis grupos) ou optaram pelo trabalho totalmente individualizado. O projeto está localizado na divisa entre municípios de Capela de Santana (5.500 habitantes) e Nova Santa Rita (10.000 habitantes).

Dentro dos limites impostos a este artigo acreditamos que um dos caminhos possíveis para ampliar nossa análise para além da *figuração* do assentamento seja o de estudar algumas das relações entre os beneficiários e o poder público local — a saber, os representantes oficiais das prefeituras.

Percorrendo-se o processo que culminou com a desapropriação da Fazenda Capela, torna-se gritante a total ausência de citações, tanto na imprensa como nos processos oficiais, das comunidades diretamente envolvidas com a implantação do assentamento. Em nenhuma fonte foi possível saber qual a reação dos políticos ou mesmo dos antigos moradores dos dois municípios, durante os quatro anos do acampamento.<sup>4</sup>

Uma das explicações para isto advém da própria estrutura burocrática que envolve os processos de desapropriação ou compras de terras para a reforma agrária no Brasil. A «reforma agrária» tem sido uma política pública em âmbito federal — por atribuição constitucional — que, em casos excepcionais, tem contado com o apoio dos governos estaduais. As decisões, no caso estudado, não levaram em consideração os impactos locais causados pelo assentamento de cem famílias na fronteira entre dois municípios de pequeno porte e recém emancipados.<sup>5</sup>

Uma tentativa de compreensão a partir do referencial de Elias leva-nos a construir a relação com o «local» como uma *figuração social*, cujas características, econômicas e culturais, não podem ser autonomizadas. Esta necessidade deriva da inter-relação estabelecida entre estas supostas esferas (políticas, sociais e econômicas, entre outras) que se conformam exatamente na interação entre grupos ou indivíduos com códigos culturais distintos. Estes códigos, segundo Elias (1997), baseiam-se no reconhecimento simbólico entre os membros de qualquer «horda», servindo ao mesmo tempo para inculcar o pertencimento e o não pertencimento.

O sentimento de pertencimento a determinado grupo, segundo o sociólogo alemão, aflora em momentos ritualizados, onde as práticas e os próprios códigos sociais são atualizados. Desta feita, «ser» de algum lugar significa na maioria

**É possível  
que um  
assentado se  
torne um  
estabelecido?**

209

<sup>4</sup> Segundo o primeiro prefeito eleito, nunca houve qualquer consulta à prefeitura sobre a implantação de tais projetos.

<sup>5</sup> A emancipação recente pode ser um elemento importante de aglutinação e identificação identitária entre os habitantes de uma região (Bourdieu, 1989).

dos casos ser aceito por aquele local<sup>6</sup> (ou grupo) e compartilhar um mesmo código de conduta que permita o estabelecimento e o reconhecimento de uma relação social de identidade entre as partes.

Os *códigos sociais* constituem-se, portanto em instrumentos de distinção que garantem o pertencimento de um determinado *indivíduo* a um *grupo*. Na análise de Elias um dos instrumentos utilizados para compreender as relações de poder que estruturam a dinâmica de uma *figuração* é o dualismo *established/outsider*. Esta «ferramenta» metodológica torna-se importante em nossa análise, entre outros fatores, pela característica de aplicação micro-sociológica a qual nos propomos.

Este conceito busca operacionalizar a posição relacional ocupada por dois indivíduos em um convívio de reciprocidade, reconhecendo uma «distribuição desigual de poder» (Elias e Scotson, 1993) intra e entre *figurações*.

Nestes casos, possui mais poder quem domina e impõe o código social vigente na *figuração* — desde a linguagem até as maneiras «corretas» de comportamento para cada ocasião. O domínio destes códigos não é meramente escolar, pois se tratam de modos de sentir e portar-se diante do mundo social e isto somente pode ser adquirido, na perspectiva de Elias, através de um longo processo de socialização e de conseqüente naturalização das práticas.

De acordo com esta perspectiva é perfeitamente possível encontrar, em uma mesma *figuração*, distintas relações de grupos e, conseqüentemente, relações entre os membros destas associações. Isto é possível porque existem, segundo Elias (1993), diferentes graus de coesão e dependência social entre os *figurantes*. Para este autor, a «coesão social» permite a institucionalização — pela naturalização — de determinados códigos sociais e, ao mesmo tempo, somente estes códigos são capazes de assegurar a coesão — pela distinção. Este «chicken and egg problem» (Elias, 1997) deve ser interpretado como inerente à investigação sociológica, devido à impossibilidade de determinarmos a importância de um fator se o considerarmos isoladamente.

Segundo Elias (1982), ao contrário do «tipo-ideal» weberiano, a *figuração* existe de fato, pois sua concepção sociológica está calcada em dados empíricos, ou seja, em situações sociais observadas pelo pesquisador. Isto não significa, no

<sup>6</sup> Sobre a idéia de região ver Bourdieu (1989). Nesta obra o autor deixa claro que o conceito de região não se refere ao espaço físico, mas ao espaço simbólico sentido e vivido afetivamente.

entanto, que os sujeitos que façam parte da figuração estejam racionalmente vinculados aos seus pares. A elucubração que põe lado-a-lado determinados *indivíduos* é concebida *a posteriori*, seu sentido portanto não pode ser buscado, segundo Norbert Elias, somente nos resultados e conformações práticas de tal associação, mas em seus interstícios e processos genéticos. Como se formam? Em que contexto? Qual a «distribuição social de poder» em cada momento? Estes questionamentos tornam-se inevitáveis ao pesquisador.

Pode-se identificar em nosso estudo uma série de situações fluidas onde relações sociais do tipo *established/outsider* ocorrem para dentro e fora do assentamento. Como *figuração* passamos a compreender tanto o assentamento — (balizado pelos seus beneficiários e residentes), como os municípios (delimitados pelos seus moradores). Estes dois tipos de *figuração* têm amplitudes e graus de coesão diferenciados. No entanto, o assentamento não pode ser limitado a uma parte englobada pelo município, seus tênues limites sociais extrapolam qualquer tentativa de padronização. Como veremos a seguir os códigos sociais predominantes são distintos e por vezes contraditórios aos da municipalidade e entre os próprios beneficiários.

As classificações constituem-se apenas um instrumento para a análise, pois certamente as relações internas à *figuração* dos municípios apresentavam e apresentam inúmeras outras diferenciações e hierarquias. Lançamos mão, neste estudo, do dualismo *established/outsider*, pois nosso intuito é desvelar algumas faces da estrutura de poder em uma seção específica do processo social.

O âmbito de nosso estudo encontra-se calcado nos elementos de solidariedade e reciprocidade entre os habitantes locais e os assentados. Para Weber (1994) o *fiat* da solidariedade pode estar em qualquer ponto do universo de valores compartilhados pelos membros de uma cultura — em nosso caso de uma *figuração* — podendo ser religiosa como na China, étnica como na Alemanha nazista ou ainda corresponder a qualquer outro traço que identifique as pessoas umas as outras. Este *sentimento* para Weber só pode ser sociologicamente estudado se forem levados em conta todos os tipos de sentimento de solidariedade como ações sociais, ou seja, relações dotadas de sentido (Weber, *ibid.*: 24). Certamente, em nosso caso, não poderemos lançar mão de tal apanhado,

**Os «daqui» e  
os «de fora»**

mesmo assim, alguns dados como, por exemplo, o sentimento de identificação como munícipe ou como assentado, adquirem contornos mais precisos a partir desta mirada teórica.

Ainda segundo Elias (1997), o conjunto de experiências sociais vividas nos diferentes tipos de socialização historicamente constituídas delimita estes sentimentos de reciprocidade. Neste caso é plausível crer que ao possuírem alguns elementos históricos de socialização em comum — como os processos de emancipação por exemplo — os habitantes mais antigos de Nova Santa Rita ou Capela de Santana possam se considerar «mais munícipes» do que os assentados — recém chegados que não possuem os mesmos *códigos sociais*.

Os *códigos sociais* de pertencimento que nos interessam mais especificamente são aqueles acionados em situações sociais nas quais o objetivo seria usufruir os serviços das prefeituras locais.

Por viverem e relacionarem-se entre si há mais tempo que os assentados, os *established*, ou os mais antigos munícipes, conhecem e reconhecem os caminhos «tradicionais» para a obtenção dos serviços públicos como educação, saúde e equipamento social.<sup>7</sup>

Conhecer o «caminho» não significa que todos os moradores locais tenham a mesma condição de acesso aos serviços públicos, ao contrário, isto implica também reconhecer que existem vários modos de obter e receber tais benefícios. O que estamos afirmando é que, mesmo dependendo da posição social ocupada por cada uma das famílias «munícipes» de Nova Santa Rita ou Capela de Santana, estes homens e mulheres são capazes de reconhecer quais os atributos necessários para que suas demandas sejam atendidas — sendo presumível também que muitas famílias saibam, de antemão, que não terão acesso a determinados serviços públicos. Em outras palavras, cada família, grupo ou indivíduo que viva nestas cidades torna-se com o tempo, pela socialização, capaz de reconhecer e ter reconhecida sua posição dentro da *figuração* local. Em contrapartida, os beneficiários do Assentamento Capela viam sua situação desta forma:

<sup>7</sup> Estes serviços públicos apesar de se configurarem como "direito", são em muitos casos utilizados como dívida e contra-prestação no período eleitoral.

[...] na questão social não tem nada... nós esse ano compramos gado de corte de produtores do município... então há um vínculo no sentido de comércio... tem o pessoal que vai no colégio... fora isto não existe assim grande integração com o município (C., 38 anos, dissidente da Cooperativa e ex-membro da direção estadual do MST)

No caso dos assentados a situação se faz mais complexa pois todos são oriundos de outros municípios onde, por mais periféricas que fossem suas relações sociais, estes poderiam identificar a estrutura de poder a ser acionada para obtenção de serviços públicos.

Ao aportarem nos novos municípios, estes homens e mulheres trazem consigo a identificação de «sem terra», desígnio do movimento ao qual pertencem e pertenceram por mais de quatro anos. No Brasil os «sem terra», ao mesmo tempo em que exercem um certo fascínio — pela suas significativas mobilizações, são vistos igualmente como disruptores da ordem social. Situações como o conflito da praça da Matriz (onde militantes sem terra foram presos e um policial militar degolado com um golpe de foice) são constantemente rememoradas.<sup>8</sup> Esta dualidade também se expressa na chegada ao novo local: em conversas informais com moradores nativos, os assentados — quando reconhecidos como tais — foram referidos tanto como «baderneiros» e «bandidos», quanto como «gente decente que luta por seus direitos».

Se os habitantes da região podem ser concebidos como *established* por conhecerem a estrutura de poder local, os assentados que as desconhecem podem num primeiro momento ser classificados como *outsiders*. A distinção entre os «nativos» e os «de fora» fica nítida no depoimento do prefeito de Nova Santa Rita. Este, após negar a diferenciação entre assentados e locais, trata de reforçá-la:

[...] E não há nenhuma barreira entre nós e os colonos, que nós carinhosamente chamamos aqui. Eu, sempre que solicitado, vou lá. Não estou mais em cima lá, porque eu não estou em cima de ninguém. Eu procuro atender a todos e o atendimento é mais concentrado aqui no gabinete. Os programas... quando sou solicitado: programa nas escolas e até mesmo de estradas. Nós negociamos junto ao INCRA, para fazer parceria. Nós com o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária],

<sup>8</sup> Sobre os conflitos da praça da Matriz consultar Görden (1991).

para os assentados, temos muita coisa aqui. Então não tem nenhuma barreira. Considero eles como cidadãos, radicados aqui, cidadão santa-ritenses, munícipes de nosso município. Eu considero assim. Não sei se eles vêm da mesma maneira que eu vejo. Talvez eles vejam diferente. Mas é um constrangimento natural.

Em sua entrevista o prefeito, mesmo afirmando o contrário, constrói uma oposição clara entre nós — os locais — e eles — os sem terra. Elias utiliza a oposição «nós e eles» para exemplificar a *sócio-dinâmica da estigmatização* (Elias e Scotson, 1993: xix).<sup>9</sup> Esta estigmatização, segundo o autor, seria uma tendência «natural» das interdependências entre dois ou mais grupos formadores de uma *figuração*.

Ainda segundo Elias (1994), a estigmatização torna-se mais forte à medida que o grupo *established* aumenta a monopolização dos recursos de poder. No caso de Nova Santa Rita, o depoimento do prefeito torna claro que o caminho para a obtenção das benesses públicas é altamente pessoalizado, centralizado e monopolizado:

Eu como cidadão, não sei se deu para vocês observarem, aqui é um gabinete diferente. Aqui se chegar um filho de um assentado, lá...: — eu quero falar com o prefeito. Eu abro a porta e mando entrar e vou conversar com ele. Se chegar o filho de um empresário eu vou tratar igual porque a gente mora num [município] pequeninho, mas nós entendemos que isto é uma das coisas que a nossa Constituição relata nos seus primeiros artigos. Todos são iguais perante a lei. Eu procuro ver isto com muita clareza.

Durante nossa entrevista com o chefe do executivo de Nova Santa Rita pudemos comprovar que o procedimento de «bater à porta do gabinete» era muito utilizado pelos moradores. Como a prefeitura não possuía uma secretária exclusiva para o prefeito, quem desejasse ser atendido, inclusive os pesquisadores, deveria chegar cedo no gabinete e entrar na fila para obter sua audiência.

Ao mesmo tempo em que nos concedia a entrevista, o prefeito recebia o telefonema de uma mulher que gostaria de vender guloseimas durante o recreio em uma escola municipal. O prefeito ponderou para a senhora que não poderia conceder a autorização pois ela não tinha registro como «ven-

<sup>9</sup> No original em Inglês: "the socio-dynamics of estigmatization".



dedora autônoma». Após desligar o telefone ele, prosseguindo a entrevista, nos confidenciou que uma correligionária de partido já havia solicitado a concessão, e o registro, segundo ele próprio, era uma «desculpa para ganhar tempo».

Entre os próprios moradores locais, que já haviam naturalizado o expediente personalista do prefeito, existia uma hierarquização favorecendo os que estavam politicamente mais próximos do prefeito. Neste caso, como ficavam os assentados que inicialmente desconheciam tal procedimento? Certamente em um plano «inferior», ou seja, como *outsiders* aliados dos recursos simbólicos que lhes possibilitariam uma relação menos assimétrica com o poder público municipal. Uma das justificativas do prefeito era de que os assentados seriam responsabilidade do governo federal e não das prefeituras. Além disto deixou explícita sua opinião de que os assentados são, na maioria, privilegiados que não sabem utilizar suas terras.

Portanto trata-se de um caso de superposição de estigmas: um próprio da condição de «sem terra» — anterior ao assentamento — e outro construído e reforçado a partir da chegada aos novos municípios.

A diferença de poder entre os grupos que compunham o assentamento tornou-se também um elemento fundamental na aproximação ou distanciamento em relação ao poder e os recursos municipais como veremos adiante.

A condição de *outsider*, confirmada na entrevista, deve, no entanto, ser relativizada para cada um dos grupos que compõe o assentamento pois o *balance of power* (Elias, 1987) tendia para o grupo cujos membros possuíam maior escolaridade e que, conseqüentemente, ocupavam posições importantes também no MST. Este bloco, organizado em torno de uma cooperativa<sup>10</sup>, tinha o poder de ditar e difundir os «melhores caminhos» para todo o assentamento, podendo ser considerado, neste âmbito da *figuração*, como os *established* na relação com os demais grupos de *outsiders* assentados.

Outros assentados como Carlos e Adão<sup>11</sup>, por exemplo, emblemariam a posição *outsider* dentro do Assentamento, pois nunca chegaram a ocupar *papéis sociais*<sup>12</sup> que lhes per-

## Os grupos – estigma e identidade

<sup>10</sup> A organização em cooperativas de produção agrícola era a principal diretriz do MST para os assentamentos. No entanto são quase nulos os casos onde todos o beneficiários organizaram-se deste modo.

<sup>11</sup> Os nomes utilizados são fictícios.

<sup>12</sup> Sobre a definição de papel social ver Mauss (1974).

mitissem impor sua *visão de mundo* aos demais grupos. Estes homens, desde o ingresso no MST, assumiram as funções consideradas hierarquicamente inferiores, ou seja, aquelas que não estavam relacionadas com a esfera de decisão. Segundo seus depoimentos, ambos foram designados para fazer a vigilância dos acampamentos.

Estes homens e suas famílias nunca participaram dos cursos de formação oferecidos a outros membros do assentamento — os cooperativados —, também nunca ocuparam cargos ou funções nas comissões regionais ou estaduais. Quando o assentamento foi efetivado, Carlos manteve um grupo próprio, enquanto Adão ficou por poucos meses na estrutura cooperativada.<sup>13</sup>

Esta posição tornava difícil o acesso destas famílias à estrutura de apoio mobilizada pelo movimento social como, por exemplo, as pastorais da igreja católica, a Universidade<sup>14</sup>, o INCRA ou ainda o próprio aparato do MST. Carlos, por exemplo, nos confidenciou que na safra de 1998 sua lavoura de arroz sofreu muito com as constantes chuvas, reduzindo bastante sua produtividade. Como a colheita seria pequena, ele não poderia alugar a colheitadeira de uma empresa local, como era seu plano. A saída imaginada por ele foi recorrer à Cooperativa Regional dos Assentamentos<sup>15</sup> (COCEARGS) que dispõe de algumas máquinas para seus sócios contribuintes — como Carlos. Para isto ele conversou com um assentado, membro da Cooperativa e presidente da COCEARGS. A resposta do presidente foi negativa, pois as máquinas disponíveis deveriam ser postas a serviço das cooperativas dos assentamentos cuja produção era «mais significativa» que a dele isoladamente.

Esta situação ilustra a estrutura de poder interna do MST local, onde os grupos com cooperativas institucionalizadas recebiam uma contrapartida maior da direção, enquanto que os agricultores «parcelares» eram colocados em segundo plano. Cabe ressaltar neste ponto que a adesão a um determinado tipo de organização social e produtiva tinha estreita

<sup>13</sup> Mesmo não pertencendo à Cooperativa, assentados como Carlos e Adão, contribuíam anualmente com um pequeno percentual de sua renda para a manutenção do MST.

<sup>14</sup> Quando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi chamada ao MST para tentar resolver alguns problemas no Assentamento — o principal seria a saúde dos assentados — os primeiros atendidos foram as famílias da Cooperativa.

<sup>15</sup> A COCEARGS é um órgão ligado ao MST que congrega todos os assentamentos do estado do Rio Grande do Sul.

relação com as diferentes trajetórias sociais de cada assentado. Lembramos também que trajetórias e socializações distintas são, a partir de nosso ponto de vista teórico, demarcadas por diferentes *códigos sociais*.

A saída encontrada por Carlos foi pedir a um produtor local que colhesse sua pequena safra em troca de 60% do produto final, pois o assentado também não tinha meios para o transporte. Esta relação, a princípio «meramente comercial» com o produtor local, fez com que este assentado utilizasse no ano seguinte (quando, segundo ele, a «fatura foi maior»), o mesmo tipo de associação com o homem que ele passou a se referir como compadre.

Adão também enfrentou uma situação semelhante quando decidiu sair da cooperativa. No seu depoimento ele afirmava que por ter saído do grupo sofreu inúmeras retaliações do INCRA e do MST: ao abandonar o grupo, ocupou a área arrendada para reflorestamento que, a princípio, estava interdita para os assentados. Neste local não havia infra-estrutura alguma.

Adão ainda nos conta que, por ter ocupado a área interdita, os recursos para o financiamento da sua lavoura e da habitação oriundos do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) foram retidos no primeiro ano. Desta maneira, ele e sua família, que não tinham qualquer infra-estrutura — moravam num galpão abandonado — tiveram que procurar empregos nas fazendas do município de Capela de Santana.

Em seu depoimento, Adão apontou para a posição institucional privilegiada da Cooperativa frente aos demais assentados. O grupo de cooperados era capaz de mobilizar a cúpula do MST, que por sua vez, tinha grande influência na superintendência regional do INCRA. Com esta atitude «rebelde», Adão ia de encontro tanto aos representantes do INCRA como às lideranças que eram ao mesmo tempo locais e regionais. A retaliação, como relatou nosso entrevistado, foi imediata. Não somente o Movimento retirou qualquer apoio ao assentado, como também direcionou para a Cooperativa os recursos destinados a ele.

O discurso de Adão corrobora o que observamos durante o trabalho de campo: toda vez que os técnicos do INCRA iam até o assentamento, seu ponto de parada era a sede da Cooperativa. Depois de estacionarem seu carro na garagem da sede, os funcionários do INCRA mandavam avisar aos assentados de sua presença. Nas vezes que acompanhamos, o objetivo era o pagamento de recursos feito diretamente ao

beneficiários pelos técnicos — com cheques. Como a grande maioria dos assentados não possui uma conta em banco, a Cooperativa recebia todos os cheques e ficava responsável por repassá-lo aos assentados — mesmo aos que não eram sócios.

Desta forma criava-se um laço de dependência entre todos os assentados e a direção da Cooperativa. Reclamações quanto ao atraso nos pagamentos e não recebimento da verba eram bastante frequentes. As acusações indicavam uma forma de protesto contra o centralismo do MST. Alguns assentados acusavam os membros da cooperativa de favorecer os assentados mais submissos ao seu comando, pagando-os prontamente, enquanto que os mais «rebeldes», tinham seu dinheiro retido por mais tempo.

A família de Adão poderia adotar uma postura de enfrentamento à cooperativa, entre outros motivos, porque já havia sido «forçada» a trabalhar fora do assentamento. Este homem e sua esposa trabalharam nas lavouras alheias enquanto não tinham lote oficialmente demarcado no assentamento. Sua mulher afirma que foi graças a este trabalho que eles puderam se manter no assentamento, apesar da iminência de terem que retornar às fábricas de calçado (onde trabalharam antes de serem assentados).

Os empregadores foram ainda os responsáveis pela cessão de algumas máquinas para a construção de um poteiro (para as primeiras vacas compradas pela família em 1996) e madeira recebida para a primeira casa. Nesta época, a família começou a produzir, no pouco espaço que tinha, milho e melancias que eram vendidos a domicílio na cidade de Capela de Santana.

Realmente eles gostam de gente que trabalha. Porque eles já tem uma base deste assentamento aqui de cima [do Assentamento São José]. Quem trabalha e quem não trabalha. Hoje, se tu vai na Capela e diz: «olha, eu tenho tantas bolsas de milho», ai eles dizem: «pode trazer na semana que vem, eu te compro».

Segundo o casal, este reconhecimento por parte dos moradores da cidade somente ocorreu depois de um longo período de exclusão, que foi superado, em parte, depois das experiências como trabalhadores nas lavouras locais. A mulher trabalhou também para uma floricultura local, para a qual passaram a vender a macela que colhiam nos campos do assentamento.

No entanto o *estigma* não foi eliminado por completo:

A gente, em relação ao pessoal da cidade, pelo tempo que a gente fica aqui, somos bem aceitos. Só que eu nunca me esqueço de uma passagem, quando nós recém tínhamos chegado aqui. Eu fui na CRT [Companhia Riograndense de Telecomunicações], pra ligar pra esse guri [seu filho mais velho] lá em Viamão. Eu tava sentado no banco, esperando chegar a minha hora. Ai, a mulher que atendia, conversando com um senhor ali do lado, dizendo: «eu to torcendo que fique aqueles uns que já estavam aqui». Estes uns eram as 15 famílias do São José! E continuava: «mas os outros que chegaram, pelo amor de Deus. eu não quero que fiquem». E eu tava ali pertinho. Aguentando tudo isso. Então hoje, dá pra dizer tranqüilamente que ta bom.

219

Afirmar que «hoje está tranqüilo» somente pode ser feito em relação a um passado em que a situação foi ainda pior — conforme o depoimento de Adão.

Como pode ser visto até este momento, além de uma hierarquia interna ao espaço social do assentamento, subsistia uma outra que graduava a relação entre os assentados e os moradores locais. No caso de Adão fica evidente que o processo de naturalização, de que nos fala Durkheim (1995), além de lento dependia do tipo de inserção na comunidade. O fato deste assentado e de sua família terem sido levados a trabalhar como empregados de comerciantes e fazendeiros locais criou laços de aproximação com a comunidade de Capela de Santana. Isto permitiu que a família tivesse acesso ao recurso necessário à obtenção de alguns serviços públicos, como a retroescavadeira ou a rede de luz. Mesmo que precisassem pagar por serviços públicos, que para outros seriam feitos «de graça». Esta família começava a reconhecer os interstícios e alguns dos caminhos que lhe possibilitaria alcançar tais benesses. Eles também sabiam que muitos de seus companheiros não teriam os mesmos privilégios.

Estes assentados passaram aos poucos, mesmo que postos em segundo plano, a ser reconhecidos como interlocutores pelo poder público local. Vale ressaltar que um dos primeiros passos para o encontro foi o vínculo empregatício da família com «empresários», segundo eles, amigos do Prefeito.

Carlos e sua família apresentam um itinerário semelhante. Como não tinham máquinas para realizar a colheita recorreu-

## Os «outsiders» e o estigma

ram ao produtor local. Este homem cujas terras faziam fronteira com o assentamento era conhecido pela sua «influência na prefeitura» de Nova Santa Rita, como diziam seus vizinhos. Após o primeiro contato com o vizinho local, Carlos foi contratado para trabalhar na construção de um galpão que serviria de moradia para a família do caseiro da propriedade. Este serviço, além de uma pequena remuneração, rendeu a cessão de uma máquina e de aterro da prefeitura que lhe serviu para arrumar o curto acesso de sua casa à estrada. Arrumar o acesso à casa de Carlos favorecia as demais famílias de seu grupo, pois este era o único caminho que ligava as outras residências à estrada.

Nesta mesma época, outro assentado, cujo acesso encontrava-se em estado precário, nos dizia: «*aqui é assim... o compadre Carlos só consegue as coisas porque faz favor pra os amigos do prefeito. Eu como não tenho amigos...*» (Lauro era líder do último grupo a ter acesso a estradas e energia elétrica).

Além dos casos contados por Carlos e sua esposa também foi possível, durante uma visita, presenciar outro momento de cessão de favores de funcionários municipais para esta família. Numas tarde de sábado, dia em que normalmente realizávamos nossa «visita» aos assentados, cheguei na casa da família e percebi que havia uma reunião de mulheres — cerca de dez — com suas crianças pequenas. Quando bati na porta pude perceber que as mulheres rapidamente recolheram uma pilha de roupas que estava no chão da sala. A mulher disse que seu marido estava na lavoura e, enquanto isto, ela aproveitava para distribuir, para as demais companheiras de seu grupo, um saco de roupas usadas doado pelas professoras da escola.

Ela confidenciou que agora também trabalhava na escola — ao lado de sua casa —, como faxineira, graças a um convite das suas «amigas» professoras que vinham da cidade.

Esta distribuição de roupas reproduzia um costume muito comum no *grupo* de Carlos: todos os recursos, visitas ou avisos chegavam primeiro nesta casa. Estes fatos demonstram que as demais famílias do *grupo* dependiam, através de diádes, das boas relações dos casais que, aos poucos, se tornavam «amigos» dos moradores locais.

## A escola

O prédio da escola representava a única presença incisiva da prefeitura de Nova Santa Rita no assentamento. Além de ser uma área «neutra» para todos os grupos do assenta-

mento, foi à escola as duas únicas visitas dos prefeitos de Nova Santa Rita ao assentamento.

O Prefeito esteve neste local para a inauguração de uma quadra de futebol de areia, que passou a ser utilizada pelos assentados que moravam em torno do prédio — a cooperativa possuía um campo próprio.

Foi tendo a escola como «pano de fundo» que Carlos e os demais representantes de grupo voltaram-se mais enfaticamente contra os interesses da Cooperativa. No ano de 1996 os representantes da Cooperativa e do MST procuraram o prefeito pedindo que as professoras locais fossem afastadas da escola para dar lugar às educadoras formadas pelos cursos do movimento. Esta proposta além de refutada pelo prefeito, que exigia que as educadoras prestassem concurso no município, foi rechaçada pelos demais assentados que tinham nas professoras um elo de ligação com a comunidade de Nova Santa Rita.

A partir deste episódio, a escola transformou-se num refúgio para os «rebeldes», sendo uma alternativa à sede da Cooperativa para a realização de reuniões e eventos. Foi neste espaço que estiveram os dois prefeitos, que os alunos da universidade passaram a dar assistência técnica e de saúde aos assentados de fora da Cooperativa. Como afirmou o Prefeito, ele passou a conhecer melhor o «pessoal da volta da escola», ou seja, aqueles que lhe pareceram mais fiéis ao município.

Em uma entrevista com o comandante do policiamento local, este nos relatou uma série de eventos identificados como sendo liderados pela cooperativa, que «transgrediam a ordem local». Um dos principais foi quando os assentados tentaram tomar parte na comemorações do Dia da Independência, em 1996. Segundo o militar, neste dia, os filhos dos assentados, que estudavam na escola do assentamento, foram levados até a cidade por um caminhão — provavelmente da Cooperativa. Ainda segundo o comandante, as crianças compareceram à «festa» vestidas com roupas rasgadas e portando faixas pretas — representando luto. Dizia ele:

[...] onde se viu numa festa onde todo mundo quer estar bonito aquelas [as crianças do assentamento] apareceram todas esfarapadas.

A atitude foi interpretada, pelo prefeito e pelo militar, como uma ofensa ao município. O ato de «desrespeito» foi respondido com o veto ao desfile das crianças da Capela.

A reação do adultos foi imediata. Os assentados subiram no caminhão da cooperativa e tentaram desfilar pela avenida e foram imediatamente reprimidos com a força policial local que também tomava parte no desfile. Alguns assentados foram feridos pelos golpes de «cassetete».

O comandante militar local declarou ser este o único episódio «de polícia» que envolveu assentados na sua gestão. No entanto, afirmou que em agosto de 1997, época da maior exposição agropecuária do estado no município vizinho (Esteio), ele recebera ordens do prefeito para que fizesse barreiras em todas as estradas que davam acesso aos assentamentos locais.<sup>16</sup> Ele justificava isto como uma reação a um boato de que o MST ocuparia o parque de exposições. Deste modo, os assentados permaneceram confinados sob a suspeita de concretizarem a ocupação por quase uma semana. Além disto, o militar afirmou que, apenas «por lazer», costuma sobrevoar a área do assentamento para verificar se os assentados realmente produziam alguma coisa.

O representante da empresa estadual de assistência técnica — EMATER — local, que meses depois assumiu a secretaria de agricultura de Santa Rita, tinha a seguinte opinião sobre a Cooperativa:

[...] é evidente isso já foi montado ali em Capela, tu sabes, é o que eu falo eles tem dificuldade vocês conhece bem o discurso do MST. Hoje eu vou ser sincero com vocês hoje o coordenador do MST é o David ele é assentado ali em Capela... eu acho o David um cara super radical um cara que eu sinceramente eu não engoliria eu não faria parte de um grupo coordenado por ele, eu acho um tipo de cara que super radical, eu sei o que eu estou falando, eu falei pra ele mesmo...

Este homem, que seria o secretário de agricultura na gestão 1997/2000, trazia, de sua experiência como extensionista da EMATER, o estigma de que os assentados, da cooperativa, eram «radicais demais» para qualquer tipo de negociação. Enquanto outros, como Carlos ou Adão, poderiam receber um voto de confiança ou uma carona em troca de melancias — como certa vez confidenciou Carlos.

<sup>16</sup> Nova Santa Rita possui, além da Capela, outros dois assentamentos. O primeiro instalado, em 1987, abriga sessenta famílias, e o segundo instalado em 1994, abriga outras dez.



O desejo do MST de afastar os técnicos oficiais foi realizado quando um assentado membro da Cooperativa formou-se no curso de Técnico Agrícola, ministrado pelo MST. A partir de então foi instituída uma equipe de membros do MST para prestar assistência a todos os grupos da Capela.

Esta atitude desagradou o secretário de agricultura e o prefeito de Santa Rita que também utilizavam a necessidade de prestar a assistência aos assentamentos como uma forma de angariar verbas mais substantivas dos governos do Estado e Federal.

223

Os episódios acima relatados apontam tanto para uma estigmatização dos membros da Cooperativa taxados de «radicais», como também para uma desvinculação proposital com o poder público local.

Por ter uma ligação estreita com o MST este grupo de assentados contava sempre com o resguardo do movimento e de seu aparato institucional. Desta maneira, a Cooperativa contava com professores cuja formação diferia dos professores locais que, certamente por isso, não foram aprovados no concurso público municipal. Por possuir em seus quadros um Técnico Agrícola foi possível firmar um convênio com o Governo do Estado, via MST, para que ele realizasse anteriormente funções atribuídas aos técnicos locais. Em suma, a cooperativa contava com uma estrutura física e política que a libertava das redes locais de comércio e produção. Por exemplo, firmou um convênio para produção de frangos diretamente com um frigorífico de outro município, quando o procedimento de praxe, segundo o representante da EMATER, era consultar o escritório local. Além disto, todos os seus produtos de origem animal e vegetal eram comercializados fora de Nova Santa Rita — em feiras promovidas pelo MST na capital, por exemplo — não revertendo impostos para este local.

Por contar com este aparato, este grupo não precisava se submeter às redes de clientela e favor locais, como era o caso de Adão e Carlos, fato que certamente os distanciava de uma negociação mais direta com o município.<sup>17</sup>

Pelo que presenciemos durante nosso trabalho de campo, a Cooperativa, diferentemente dos demais grupos, mantinha uma postura de impor-se à comunidade local com uma *estra-*

### **A cooperativa e o MST – um outro pertencimento?**

<sup>17</sup> Até as missas e catequeses eram realizadas por Freis que pertenciam aos quadros do MST.

*tégia* de autonomia política e econômica. Outro episódio que ilustra nossa constatação teve lugar nas eleições municipais de 1997. Neste pleito, o Partido dos Trabalhadores (PT) local lançava seu candidato a prefeito sem esperanças de bons resultados. Porém contava agora com o apoio do MST e da Cooperativa que indicaram David como candidato a vereador. A eleição nos foi descrita por um assentado como bastante divertida, pois não faltaram conflitos entre os assentados que apoiavam o PT e os simpatizantes locais dos demais candidatos. Ao apoiarem e lançarem um candidato pelo PT os assentados da cooperativa assumiam mais um vez sua condição de *outsiders* no município, pois estavam filiados ao grupo politicamente mais fraco da cidade.

A eleição consagrou como vitorioso o candidato do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Sua vitória foi por ampla margem de votos sobre os candidatos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) — apoiado pela administração anterior — e do PT — apoiado basicamente pelos assentados. Na eleição proporcional para vereador, o candidato da Cooperativa foi o terceiro colocado individualmente, porém seu partido não havia feito votos suficientes para eleger um representante.<sup>18</sup>

Deste modo, o quadro se mostrava adverso tanto para os assentados que apoiaram o PT — a maioria —, quanto para os que votaram no candidato do PDT. Os constantes conflitos com o poder público municipal na tentativa de romper com a estrutura de autoridade local renderam aos assentados da Cooperativa uma imagem ainda mais desgastada.

Mesmo sendo potencialmente mais difíceis as relações entre assentados e prefeitura não se modificaram muito na referida gestão. Os membros da Cooperativa continuavam sendo chamados de «radicais», enquanto que alguns assentados como Carlos continuava a usufruir de algumas benesses públicas, como o emprego de sua esposa na escola, por exemplo.

Este prefeito, como o anterior, fazia questão de frisar a diferença entre os assentados e os locais:

[...] nós aqui em Santa Rita trabalhamos com poucos recursos e antes dos sem terra já havia muita gente esperando pelo nosso atendimento... Claro que eles são tratados como todo mundo... porém chegaram depois.

<sup>18</sup> Os cerca de 500 votos obtidos por David representavam um pouco mais do que a soma de todos os possíveis assentados eleitores de Santa Rita.

Desta forma acreditamos que mesmo após quatro anos da efetivação deste assentamento, os assentados continuam a ocupar, para o poder público e para eles próprios, uma posição de *outsiders* em relação aos «antigos» moradores de Nova Santa Rita e Capela de Santana. Porém, como vimos, não estamos diante de uma realidade na qual seja possível falar de posições sociais fixas ou permanentes — um dos pressupostos da concepção de figuração. O fato de um determinado indivíduo ou grupo ser considerado um outsider na relação com os antigos moradores locais, repercute de forma distinta entre os anteriormente conhecidos como sem terras. E podemos inferir que isto ocorre porque estas famílias, apesar de identificadas no *senso comum* sobre um mesmo rótulo, circulam por inúmeros espaços cujos códigos sociais de acesso são distintos, que como nos advertia Elias, produzem e reproduzem situações de inclusão e exclusão social.

225

Nossa análise sugere que alguns dos assentados, por um processo de duplo vínculo que ao mesmo tempo reforça e inculca a condição de *outsider*, passaram a ter acesso privilegiado a certos tipos de «serviços» públicos, à medida que sua imagem foi sendo desvinculada do MST.

Desde o ingresso destas famílias em suas fileiras, o distanciamento da cúpula do movimento foi reforçado pela estrutura dos acampamentos que impedia o contato de pessoas de «pouca formação» com as esferas de decisão «coletiva». Socializadas nos grupos de vigilância e segurança, algumas famílias (como as de Carlos e Adão) desde cedo aprenderam a lidar com sua condição de importância inferior dentro do MST, reforçando e praticando outros códigos sociais que lhes permitiam um relativo acesso ao poder.

Trajetórias desiguais reforçadas no cotidiano dos acampamentos e assentamentos levaram os assentados, socialmente distantes da direção do movimento, a usufruir, a partir de sua condição de *outsiders* no município, de sua imagem construída externamente como «menos radicais». Para os políticos locais isto representa uma possibilidade de ampliação de suas bases em um território inimigo, mesmo que nenhum destes assentados os tenha apoiado publicamente.

A estrutura de relações diádicas mantida tanto com seus companheiros, como com os representantes do poder público local, transforma estes homens e mulheres em elos centrais de uma cadeia de interdependência. Carlos em várias con-

**A guisa de  
conclusão:  
os mais e  
os menos  
«outsiders»**

versas confidenciou que considerava como valor importante «ser amigo de um amigo» do prefeito. Isto certamente lhe garantia uma condição especial dentro de um grupo de estigmatizados ou *outsiders* como os assentados. As relações de reciprocidade continuaram garantindo o *status* desta família também por garantirem uma via de acesso, para as famílias a ele vinculadas, a alguns serviços públicos.

No caso dos membros da cooperativa, a condição de mais *outsiders*, na *figuração* do município, estabelece um paradoxo marcante com sua posição em outros espaços sociais. Como vimos, este grupo social e de produção participava e influía nas principais instâncias de decisão do MST e das demais entidades de apoio — inclusive o Partido dos Trabalhadores. Ao reivindicar enfaticamente este papel no âmbito municipal, resguardado pelo aparato institucional do MST, através de protestos e da participação ativa na disputa política, eles tiveram sua estigmatização aprofundada devido ao pouco acesso às instâncias de poder locais. A cada novo embate com o poder local (legitimamente constituído), aos assentados da cooperativa eram mais e mais atribuídos adjetivos desqualificatórios como «*radicais que desvalorizam a cidade, pois nem sequer vendem ou compram produtos na nossa cidade*» (Comerciante de Nova Santa Rita).

O contraste entre a posição dos cooperados e a dos demais assentados revela-nos dois códigos sociais estruturalmente implicados (Thompson, 1998). Nossa pesquisa aponta que, apesar dos distintos percursos sociais, todos os beneficiários sentem-se visceralmente ligados à luta do MST — todos contribuem para os fundos de arrecadação e participam dos encontros e manifestações promovidos pelo movimento e todos sentem na pele a condição de «sem terra». Neste sentido, a posição dos assentados diante do poder público dos municípios receptores tende a ser pautada, além da experiência vivida antes do ingresso no MST, pelos diferentes tipos de envolvimento que homens e mulheres partilham com este movimento social.

Para alguns a condição de assentado e de membros diretivos do MST estabelece um tipo de envolvimento que no turbilhão dos processos sociais os coloca em franco enfrentamento com o poder público local. Para outros, de posição distanciada do centro diretivo, a incorporação aos trâmites políticos costumeiros do lugar é mais um fio que ajuda a compor sua rede de sociabilidade. Ambos os casos reiteram a premissa de que a *figuração* social do assentamento somente

adquire sentido em relação a todas as demais que a entrecruzam, ou seja, sendo, ao mesmo tempo, significante e significado de um processo social mais amplo. E isto pode ser melhor visualizado quando um estabelecido ocupa, ao mesmo tempo, a condição de *outsider* e vice versa.

Nas palavras de Thompson:

Esse conflito simbólico só adquire seu significado no âmbito de um determinado equilíbrio de relações sociais. A cultura plebéia não pode ser analisada independentemente deste equilíbrio. Suas definições são, em alguma medida, antíteses das definições da cultura de elite... cada elemento desta sociedade considerado em separado, pode ter precedentes e sucessores, mas que, considerados em conjunto, formam uma soma que é maior do que a soma de suas partes: é um conjunto estruturado de relações, em que o Estado, a lei, a ideologia libertária, as ebulições e as ações diretas da multidão, todos desempenham papéis intrínsecos a esse sistema, que são, ao mesmo tempo, os limites do que é politicamente «possível» e, num grau extraordinário, os limites do que é intelectual e culturalmente «possível» (Thompson, 1998: 75)

227

Admitir que os dados acima revelam códigos sociais distintos mas implicados, significa reconhecer que concepções de «cidadania» variam no tempo e nos espaços sociais compartilhados por estes homens e mulheres. O processo de reforma agrária no Brasil, brevemente comentado neste artigo, traz a luz algumas das idealizações sobre a suposta universalidade destas categorias, que podem ser visualizadas nos conflitos entre as múltiplas visões de mundo dos assentados e dos representantes políticos locais. A noção de *figuração* nos permitiu pensar sociologicamente estas questões a partir de casos concretos de transformação social — como a difícil passagem da condição social de «sem terra» à de «municípios» ou, em outras palavras de *outsiders* em estabelecidos —, sem que precisássemos reificá-las em quadros que imobilizam a dinâmica da sociedade.

Para alguns assentados, cuja socialização favoreceu a adesão a movimentos sociais e partidos políticos, tornar-se um «cidadão» implica poder dispor do espaço público como arena de embates políticos onde a questão central é a igualdade. Para outros, historicamente alijados de tais instâncias, ser «cidadão» ou «município» significa ter reconhecido seu

lugar no espaço social concebido como hierárquico e desigual. Já para o *establishment* local ser «cidadão» presume um reconhecimento simbólico que se encontra para além do mundo dos direitos e, para os que certa feita foram «sem terra», encontra-se momentaneamente inacessível.

Os assentamentos no Brasil contemporâneo reeditam o conflito, principal alvo da política governamental, na sua dimensão criadora, ou seja, nestes locais surgem espaços que a todo tempo atualizam e ressignificam modos de viver e de pensar. A premência em se tornar «cidadão» numa *figuração* social hierarquizada e excludente como a que empiricamente apresentamos, é reveladora deste quadro. Através do contato forçado, e muitas vezes indesejado, são trazidas à tona as múltiplas possibilidades de participação na vida pública. Nestes casos relações sociais calcadas na pessoalidade ou na institucionalização deixam de ser lidas como indicativos de atraso ou modernidade, para serem pensadas como faces de uma mesma sociedade em processo de desenvolvimento desigual. ■

## Referências Bibliográficas

- Bourdieu, Pierre  
Durkheim, Émile
- Elias, Norbert
- Elias, Norbert
- Elias, Norbert  
Elias, Norbert  
Elias, Norbert
- Elias, Norbert
- Elias, Norbert; Scotson, J.
- Görge, S. (org.)
- Weber, M.
- Mauss, M.
- Thompson, E. P.
- 1989 *O poder simbólico*. Lisboa: Bertand Brasil.
- 1995 *Da divisão do trabalho social*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- 1982 *La sociedad Cortesana*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- 1987 «The Changing Balance of Power Between the Sexes — A Process-Sociological Study», *Theory, Culture and Society*, 4, 287-316.
- 1989 *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1.
- 1993 *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote.
- 1994 *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2.
- 1997 *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- 1993 *The Established and the Outsiders: A Sociological Inquiry Into Community Problems*. London: Sage.
- 1991 *Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra em Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes.
- 1994 «The Nation», in J. Hutchinson; A. D. Smith, *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- 1974 «Ensaio sobre a dádiva, forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas», in M. Mauss, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 2.
- 1998 *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.